

Amal



Ata da sessão ordinária de Assembleia Municipal realizada a 28 de junho de 2024

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária no Auditório da Biblioteca Almeida Faria, em Montemor-o-Novo, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1º. Ponto – Consulta ao mercado para a aquisição de imóveis para a habitação no âmbito da Estratégia Local de Habitação do Município de Montemor-o-Novo – Proposta de Relatório Final -----

2º. Ponto – 1ª. Relatório Anual de Monitorização / ARU_ORU de São Geraldo -----

3º. Ponto – 3ª. Correção Material ao Plano Diretor Municipal de Montemor-o-Novo (para conhecimento) -----

4º. Ponto – 1ª. Correção Material ao Plano de Intervenção em Espaço Rural no Local da Rebola (para conhecimento) -----

5º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Novo e a Freguesia de Cabrela para “Obras de beneficiação – Jardim de Infância de Cabrela” -----

6º. Ponto – Reembolso de ATL Verão 2023 – S. Mateus e S. Geraldo – União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras -----

7º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Freguesia de Santiago do Escoural – “Feira Franca de Santiago do Escoural 2024” -----

8º. Ponto – Proposta de Protocolo para ATL de Verão 2024 / Juntas de Freguesia -----

9º. Ponto – Suspensão Parcial do Plano de Urbanização da Cidade de Montemor-o-Novo e estabelecimento de Medidas Preventivas -----

10º. Ponto – Proposta de Delegação de Competências no Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alentejo Central -----

11º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

Alice Gomes em substituição de Nuno Alexandre Rato, Ana Caetano em substituição de Luis Filipe Machado, Ana Cristina dos Santos Silva, André Fonseca em substituição de Vasco Manuel Braga Picaró, António Joaquim da Silva Danado, António José Marques Monteiro, Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Hélder Manuel Caetano Linguça, Jacinto Carlos Alves Delca, Jaime Manuel Pinto de Oliveira, João António Duarte Caetano da Veiga, Jorge Barbosa em substituição de Sara Isabel Rebocho Bravo, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, José Manuel Salsinha Geraldo, José Maria Barroso Fernandes, Lara Coxixo em substituição de Elisabete Cristina Cebola Martins, Maria da Conceição Pereira Carneiro, Maria de Fátima Nogueira Breia, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino, Nuno Gingão em substituição de Carla Sofia Godinho Pereira, Paula Cristina Martins Pinto, Paula Cristina Pinto Martins, Rui Fernando Benavente Páscoa,

Amup

Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Vitor Carrasco em substituição de Hortênsia dos Anjos Chegado Menino e Vitor Carapetudo em substituição de Joel José Pedreirinho, registando-se vinte e oito presenças. -----

Estiveram ainda presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Olímpio Manuel Vidigal Galvão, a Senhora Vereadora Sílvia Santos e os Senhores Vereadores António Xavier, Henrique Lopes e Gil Porto. Não participaram nesta sessão a Senhora Vereadora Paula Bilro e o Senhor Vereador António Pinetra. -----

Retomou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para transmitir uma nota informativa, enviada pelo Senhor Presidente da Comissão Parlamentar do Poder Local e da Coesão Territorial, cujo conteúdo se apresenta transcrito de seguida: -----

“Na sequência da aprovação da Lei nº 39 de 2021, de 24 de junho, deram entrada na Assembleia da República, ao abrigo do Regime Especial Simplificado e Transitório, 182 processos de correção de uniões de freguesia. Para o respetivo acompanhamento e avaliação daqueles, na anterior legislatura, emanado da 13ª Comissão Parlamentar, foi criado um grupo de trabalho denominado Grupo de Trabalho das Freguesias, que, por seu turno, contou com uma Comissão Técnica de Avaliação, constituída por uma economista e uma jurista, nomeadas pelo Sr. Presidente da Assembleia da República para a análise económico-financeira e técnico-jurídica, respetivamente, a que se juntaram dois técnicos, um efetivo e um suplente, indicados pela Direção-Geral do Território, para procederem à análise cartográfica-geográfica. Na sequência da análise técnica preliminar, concluída a 20 de outubro de 2023, foram notificadas do conteúdo da mesma todas as Assembleias Municipais autoras das propostas de desagregação de uniões de freguesia. Fruto da dissolução da Assembleia da República, quer o Grupo de Trabalho, quer a Comissão Técnica de Avaliação, cessaram funções. Já na presente legislatura, iniciada a 26 de março de 2024, a Comissão Parlamentar do Poder Local e da Coesão Territorial deliberou, por unanimidade, criar o grupo de trabalho das freguesias, composto pelas seguintes senhoras e senhores deputados. Alfredo Maia, do PCP, Carlos Braz, do PS, Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, João Pinho de Almeida, CDS-PP, Luís Paulo Fernandes, do Chega, Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal, Olga Freire do PSD e Paulo Moacho do LIVRE, na condição de membros efetivos e, ainda, Dulcinea Catarina Moura do PSD e Jorge Botelho do PS, na condição de membros suplentes. -----

O Grupo de Trabalho, coordenado pelo deputado Jorge Paulo Oliveira do PSD, tomou formalmente posse no passado dia 4 de junho, tendo deliberado na sua primeira reunião, realizada a 12 de junho, reativar a Comissão Técnica de Avaliação, com vista à apreciação, quer das respostas aos convites de aperfeiçoamento, quer outras comunicações emanadas das Assembleias Municipais, atinentes à matéria em apreço que, fruto da dissolução da Assembleia da República não foram até ao momento objeto da necessária análise na sua totalidade. Os ulteriores desenvolvimentos deste processo serão levados ao conhecimento da Assembleia Municipal, a que a Vossa Excelência preside e junto das respetivas Assembleias de Freguesia interessadas.” -----

Continuando no uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu também conhecimento de uma Tomada de Posição aprovada, por unanimidade, pela Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, em sessão realizada no dia vinte e um de junho, que se apresenta transcrita de seguida: ---

Carvalho

“Na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, reunida no dia 21 de junho de 2024, pelas 21h00, na sede de Lavre, na Rua Miguel Bombarda, nº66, os leitos e os fregueses presentes, consideraram que a Câmara Municipal não assume as suas responsabilidades quanto à reparação das ruas, dos passeios de ambas as localidades e dos caminhos rurais da União de Freguesias, pautando o seu comportamento pela inércia e pela ausência das medidas necessárias á resolução dos problemas que lhe têm vindo a ser apresentados pela Junta de Freguesia e pela Assembleia de Freguesia, tendo sido decidido redigir esta Tomada de Posição, que, depois de aprovada, será enviada à Câmara Municipal e dada a conhecer à Assembleia Municipal de 28 de junho de 2024. -----

A Tomada de Posição foi aprovada por unanimidade dos oito eleitos presentes e ratificada pela unanimidade dos fregueses presentes na sessão. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia.” -----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo que, relativamente à Tomada de Posição apresentada, a mesma diz respeito a duas situações distintas. Por um lado, a reparação de ruas e passeios e por outro a manutenção de caminhos rurais de terra batida. No que diz respeito à reparação de ruas e passeios e no âmbito da empreitada de recarga de pavimentos betuminosos em ruas de freguesias de Concelho de Montemor-o-Novo, decorreram trabalhos na Rua dos Lavadouros e na Rua Padre José Flausino, totalizando o montante de 22.910,16 euros. Para além disso, as necessidades identificadas de reposição de calçada, quer em passeios, quer em faixa de rodagem, foram executadas em abril e maio. Referiu ainda o Senhor Presidente que, no âmbito da empreitada de regularização de estradas e caminhos de terra batida da rede viária municipal do Concelho, foram intervencionados, pelo menos uma vez, todos os caminhos do Concelho. Na União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre foram intervencionados em agosto e setembro de 2022, perfazendo o total de 168 horas de trabalho. Posteriormente, após as chuvas de outubro e novembro de 2023, foi prevista a reparação do caminho municipal 1051, que liga Lavre a Vale das Custas, no entanto a intervenção não se realizou porque a União de Freguesias se disponibilizou para incorporar saibro na estrutura do pavimento. Atendendo a que a União de Freguesias não estava a conseguir dar resposta ao fornecimento de saibro, nos dias 12 e 13 de dezembro de 2023, o Município, com meios próprios, procedeu à limpeza de valetas e regularização das zonas mais críticas do referido caminho, através da incorporação de saibro. Nos meses seguintes, por inúmeras vezes, foi o Senhor Presidente da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre questionado sobre o fornecimento do saibro e a data para a realização dos trabalhos, não havendo resposta positiva. Assim sendo, as horas de trabalho atribuídas aos referidos caminhos foram utilizadas noutros pedidos, que foram, entretanto, recebidos e em fevereiro de 2024 a empreitada em questão foi encerrada. Devido ao mau tempo, ocorreram diversas suspensões de trabalhos e por essa razão a empreitada ultrapassou o prazo de um ano, de agosto de 2022 a fevereiro de 2024. Relatou ainda que têm sido recebidos na Câmara Municipal vários pedidos e reclamações de moradores do caminho do Vale do Carvoeiro por falta de manutenção, explicando que tem a ver com o facto de o mesmo não ser elegível, não servir transportes escolares, não ser classificado, nem ter utilização pública. Considera não ser verdade que a Câmara Municipal não assumas suas responsabilidades, quanto à reparação das ruas, dos passeios e dos caminhos

Amme

rurais na União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre. Reforçando ainda que o executivo não deve ser acusado de inércia e ausência das medidas para a resolução dos problemas apresentados. -----

Retomou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para colocar à apreciação a proposta de ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte quatro, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

A Senhora Presidente da Assembleia informou que ia dar início ao período antes da ordem dia. -----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, José Maria Fernandes, para dizer que nas afirmações anteriores existem meias verdades, mas que também existem falsas informações dos serviços. Assim, confirmou as afirmações de que iria arranjar saibro gratuitamente o que acabou por não se verificar. Relativamente às intervenções realizadas pelo Município salientou que apenas foram realizados trabalhos em pequenos troços, a limpeza de valetas, sem colocação de quaisquer materiais. Frisou que, na área da União de Freguesias, existem muitos caminhos que, desde 2021, não têm sido intervencionados nem pela motoniveladora, nem pelo cilindro do Município, unicamente pelo rodo da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre. Relembrou um alerta formulado em várias sessões anteriores para a situação urgente na Rua da Liberdade, que continua por reparar, há mais de um ano, tendo sido apenas colocadas duas baias de sinalização. Continuando no uso da palavra propôs ao Senhor Presidente da Câmara que juntos possam deslocar-se à estrada que liga a EN 114 a Casas Novas para que possa verificar o estado atual daquela via, acrescentando que existem outras em igual situação. Para além disso, também nas ruas em Lavre foi realizada apenas uma intervenção, antes do Festival de Lavre, no ano passado, em que foram tapados os buracos maiores. Posteriormente nada mais foi feito. -----

Voltou a intervir o Senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que a referida passagem com o rodo da Junta de Freguesia faz parte de um acordo com o Município. De seguida deu a palavra à Senhora Vereadora Silvia Santos para prestar mais esclarecimentos. A Senhora Vereadora iniciou a sua intervenção dizendo que nas GOP's de 2023 não foi identificada qualquer rua, para ser repavimentada, em Cortiçadas de Lavre. Decorreram várias reuniões, com todas as Juntas de Freguesia e posteriormente reuniões individuais, havendo acordo sobre as ruas que seriam intervencionadas. Disse recordar-se que, em visita a Cortiçadas de Lavre, o Senhor Presidente da União de Freguesias ter afirmado que as ruas não eram prioritárias. Relativamente a 2024, foram apresentadas as GOP's e identificadas a Rua da Estação e a Rua da Liberdade, que não tinham sido mencionadas em 2023. -----

De novo no uso da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, José Maria Fernandes, afirmou que em 2023 e dado que apenas se poderia indicar uma rua, foi considerada prioritária a Rua dos Lavadouros. Acrescentou que aguarda, até final do presente ano, a pavimentação das ruas mencionadas nas GOP's. Relembrou ainda outras intervenções por realizar, nomeadamente a substituição de lombas na Rua da Liberdade e a limpeza de uma linha de água que terá provocado a inundação de duas habitações, por forma a que não se repita a situação, no próximo inverno. -----

CAUNNE

Intervio de seguida o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado para questionar o executivo sobre a data prevista para a abertura das Piscinas Recreativas, tendo em conta que apenas foi remetida à União de Freguesias a informação da abertura da Escola de Natação. Perguntou ainda se, relativamente à questão dos reportes financeiros, o Município já conseguiu colmatar essa falha. Saliou que, uma vez terminado mais um ano letivo, seria importante fazer um balanço, nomeadamente como evoluiu a situação da EB Nº1, porque é frequentemente confrontado por fregueses sobre a data de recomeço da obra. Prosseguindo no uso da palavra, afirmou ter participado, *online*, no encerramento de um curso sobre freguesias, promovido pela Associação de Estudos de Direito Regional e Local da Universidade do Minho, em representação da Associação Nacional de Freguesias em que também participou o Doutor Jorge Paulo Oliveira, o qual explicou como estava a decorrer a questão do Grupo de Trabalho das Freguesias. Para além disso, referiu também que o Senhor Presidente da Assembleia da República ainda não constituiu a Comissão Técnica e que no próximo dia dezoito de julho terão início as férias parlamentares. Frisou ainda que no regresso aos trabalhos a prioridade será o orçamento e, por conseguinte, não poderá assegurar que no mês de março o processo esteja concluído, para ser aprovado na Assembleia da República. O Senhor Presidente da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, disse ainda que, na sua opinião, existe, nesta questão, “meia culpa” dos eleitos do Partido Socialista no mandato legislativo que findou. Acresce a isso os constantes pedidos de esclarecimentos adicionais, que não constam da legislação, evocando o critério da viabilidade económico-financeira, quando a própria lei não define quaisquer critérios. Assim sendo, mostrou-se disponível para qualquer forma de luta que a Assembleia Municipal determine, inclusivamente, integrar um grupo que, em nome da Assembleia Municipal, possa pedir audiências aos grupos parlamentares para esse fim, porque têm de ser dadas explicações dado que todos os prazos foram cumpridos. Lembrou que na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre houve aprovação por unanimidade e que na União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras houve aprovação por larga maioria. Atendendo a que também em reunião de Câmara Municipal houve aprovação, por larga maioria, é perceptível que existe um largo reconhecimento, por parte das forças políticas, que merece ser respeitado. Retomando a palavra e relativamente a esta questão a Senhora Presidente da Assembleia Municipal afirmou que poderá ser questionado, o ponto de situação deste processo à Assembleia da República. -----

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à eleita Paula Pinto a qual parabenizou o executivo pela organização da Feira Medieval, considerando ter sido um evento de grande importância para os montemorenses e para os muitos visitantes e que deverá continuar a realizar-se. Prosseguindo no uso da palavra questionou o executivo quando será retirado um amontoado de terra existente, há vários meses, junto à Rua da Estação, causado pelo mau tempo. ----- Em resposta às questões colocadas, o Senhor Presidente da Câmara clarificou que o problema das Piscinas Recreativas é semelhante a todas as piscinas do Alentejo e prende-se com o facto de não existirem nadadores salvadores, frisando que o Instituto de Socorros a Náufragos tem chumbado muitos concorrentes, nos últimos tempos.

Página 5 de 15

Amo

Por essa razão, foi necessário recorrer a empresas que contratam nadadores salvadores e ainda assim não foi fácil, porque são aliciados a trabalhar no litoral e em hotéis do Algarve, que é bastante mais atrativo. -----

Quanto aos reportes financeiros esclareceu que foram feitos, esta semana, os reportes para a ERSAR, entidade reguladora dos serviços de águas, os quais têm de ser cumpridos cerca de noventa por cento dos custos, o que foi conseguido. No que diz respeito aos reportes, no âmbito da transferência de competências, informou que estão mais adiantados, devido ao enorme esforço feito pelos funcionários da Unidade de Contabilidade e Gestão Financeira, mas que ainda não foram reportados. Sobre o balanço do ano letivo 2023-2024, considera que o Conselho Municipal de Educação poderá fazer esse balanço, uma vez que irá reunir brevemente. -----

No que respeita à intervenção na Escola Básica número 1, esclareceu que já se encontra concluído o levantamento dos trabalhos ainda por efetuar, no entanto a resolução da questão que envolve a empresa construtora está complicada, no Tribunal Administrativo de Beja. Frisou que o executivo em funções nunca poderia compactuar com continuação dos trabalhos da forma como estavam a decorrer. Agradeceu as palavras da eleita Paula Pinto relativamente à Feira Medieval e salientou que foi um evento que orgulhou certamente todos os montemorenses. -----

Frisou que, nos últimos vinte anos, com exceção da Feira da Luz, foi o evento que trouxe mais visitantes a Montemor-o-Novo. Foram milhares de pessoas que vieram conhecer a cidade e que lotaram a hotelaria e a restauração. Parabenizou a fabulosa prestação dos muitos e muitos trabalhadores dos variados serviços da Câmara Municipal que estiveram envolvidos quer na montagem, no decurso e na desmontagem da feira. Este certame mostrou o enorme potencial do património histórico-cultural que existe em Montemor-o-Novo, celebrando mais de oito séculos de história. Manifestou o seu orgulho nesta herança e nesta identidade. Sobre a situação relatada do amontoado de terras, na Rua da Estação, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que está relacionada com um talude. Referiu que já foram realizadas algumas vistorias e que, tal como irá acontecer na Rua das Fontainhas, também naquela rua irá ser feita uma intervenção do Município para reforço de taludes. Afirmou ainda que estas situações, por vezes, resultam de intervenções que os particulares fazem e posteriormente, os taludes deixam de ter força para sustentar as terras. Esta situação é idêntica à existente na circular ao castelo, que continua interdita à circulação automóvel, por razões de segurança. -----

Voltou a intervir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado agradecendo as explicações do Senhor Presidente da Câmara. De seguida questionou se existe previsão de data para a abertura das piscinas e se houve alguma alteração relativamente aos preços de entrada. Perguntou também se houve algum tipo de intervenção a nível dos equipamentos. Continuando a sua intervenção, e no que respeita às retenções estão a ser feitas a nível dos reportes, questionou sobre qual o montante que se encontra retido. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a abertura das piscinas recreativas está prevista para o próximo dia dois de julho e que foi aberto um concurso para renovação das bombas de água, cujos valores envolvidos rondam os setenta e cinco mil euros, intervenção necessária há muitos anos, à semelhança do anel de rega

Camme

das piscinas. Relativamente à outra questão, informou que estão retidos, mas não perdidos, cerca de 800.000,00 euros respeitantes a verbas. De seguida deu a palavra ao Senhor Vereador António Xavier para prestar esclarecimentos adicionais relativamente às piscinas recreativas. -----

Tomou a palavra o Senhor Vereador António Xavier referindo que, para além dos problemas já elencados pelo Senhor Presidente da Câmara, acresceu ainda o atraso na publicação da lista dos funcionários, em Diário da República. Frisou ainda que a realidade, na sua opinião, é que o equipamento, deveria mesmo ser encerrado por necessitar de uma verdadeira intervenção, nomeadamente a nível do anel de rede, da relva, mudança de maquinaria, melhoria dos brinquedos e outros. No entanto, não é possível executar tudo de uma só vez, porque envolve montantes de grande dimensão e foi necessário escolher prioridades. Assim sendo, existem condições de abrir as piscinas, porque já existem operacionais, nadadores salvadores, foram substituídos filtros e reparadas algumas máquinas e a também a relva. Não sendo as condições ideais, são as possíveis. Referiu ainda que por essa razão, desde 2022, os preços não foram alterados. -----

Em nova intervenção, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou também que será pago, pelo Município, o valor de 40.000,00 euros, para os quatro nadadores salvadores, durante os meses respeitantes a época recreativa. -----

Retomou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para informar que de seguida teria lugar o 1.º Período para intervenções, por parte do público. -----

Interveio o Senhor Natalino Rosa, tendo apresentado algumas propostas ao executivo, nomeadamente: a criação de um orçamento participativo; a Feira da caça e da pesca; uma Feira de Artesanato; a construção de uma praia fluvial junto à Barragem dos Minutos; a circulação de um autocarro pela cidade; a criação de um Gabinete de apoio à população; a recuperação de património turístico degradado, como é o caso de alguns moinhos; no âmbito da pecuária, pediu apoio do Município aos criadores do concelho e fez ainda o pedido de contabilização de habitações devolutas no concelho. Apresentou ainda uma sugestão para que na próxima edição da agenda cultural possa ser feita uma homenagem a Caravela e Casquinha. Manifestou também a sua satisfação pelo projeto lançado pelo Município relativo à recuperação de um prédio municipal degradado. -----

Neste período de intervenções, usou ainda da palavra o Senhor Augusto Pascoal para reconhecer a importância do regresso da Feira Medieval ao castelo, do ponto de vista cultural e do convívio entre as pessoas. No castelo aconteceram atos relevantíssimos, nomeadamente o apoio de Montemor ao 8.º Duque de Bragança, que veio a ser depois D. João IV, quando saiu de Vila de Viçosa. Acrescentou que esta Feira Medieval chamou a população ao castelo e que, na sua opinião, muitas mais vezes irão voltar. De seguida referiu-se a Cortiçadas de Lavre, onde é eleito local, alertando para o facto de que existe um problema de saúde pública na Etar, que está a afetar a população principalmente quem mora junto ao equipamento. Referiu também que o passeio da Rua da Liberdade, no sentido descendente do lado esquerdo está caótico, tendo mesmo já provocado a queda de alguns fregueses. Também o Centro Cultural de Cortiçadas de Lavre necessita de obras há muito tempo, sendo um perigo, do ponto de vista elétrico, devido às infiltrações de água. Falou ainda sobre a reposição de freguesias, destacando uma notícia do Jornal Público e do Jornal de Notícias, que

Assume

referia que das 182 propostas de reposição de freguesias apresentadas, apenas se encontravam completas cerca de 9 propostas, identificando as mesmas. Na sua opinião, essa notícia não pode ser verdadeira. A notícia terá surgido antes da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre ter respondido aos pedidos de informação complementares, os quais nem sequer se encontram previstos na legislação. Continuando a sua intervenção, o município afirmou que é extremamente difícil encontrar habitação em Montemor-o-Novo, no entanto tem conhecimento de que existem habitações municipais fechadas, há muitos anos e sem condições dignas. De seguida disse que, no que respeita aos automóveis abandonados pela cidade, alguma medida terá de ser tomada junto das autoridades competentes. Alertou ainda para a falta de limpeza da Rua de Avis, porque sendo uma rua comercial merecia mais atenção. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara agradecendo as intervenções por parte do público. Relativamente à intervenção do Senhor Natalino Rosa, o qual já teve oportunidade de receber por algumas vezes, tal como a Senhora Vereadora Silvia Santos, no período de atendimento de munícipes, agradeceu os seus contributos e a sua dedicação a Montemor e ao seu desenvolvimento. Relativamente ao orçamento participativo esclareceu que constava nos programas eleitorais quer do PS, quer do CDS/ PSD, e que apesar de ainda não estar em vigor, o executivo está a trabalhar para que até ao final do presente mandato se venha a concretizar. Continuando a sua intervenção, referiu que, na sua opinião, o concelho não tem capacidade para lançar uma Feira de Caça e Pesca. Destacou com orgulho a excelente Feira Medieval que aconteceu e o gigantesco potencial do castelo. Sobre a Feira de Artesanato salientou que a Associação Ciranda é uma das associações que participa ativamente com os seus artesãos nas diversas iniciativas, como foi o caso da Feira Medieval, da Feira da Luz e até mesmo em Nanterre, França. Na sua opinião, é difícil organizar uma Feira apenas de artesanato, mas sim incluí-la dentro de outras iniciativas. Sobre a proposta de criação de uma praia fluvial, afirmou que o Município ainda não possui capacidade para isso, porque para além da grande dificuldade em conseguir nadadores salvadores, ainda não existe ordenamento para aquele espaço e a barragem possui muitas oscilações, em termos de cota. De momento apenas existe capacidade para algumas atividades náuticas na Barragem dos Minutos, ainda assim com um risco grande, por parte da autarquia. -----

Relativamente ao autocarro de apoio à população da cidade, informou que na última reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, foi aprovado o lançamento do concurso para o autocarro e respetivo circuito em Montemor-o-Novo, englobando o total de 24 paragens e de 12 circulações diárias. O principal objetivo será servir os montemorenses e todos os bairros à volta de Montemor, nos principais pontos de serviços públicos, comerciais, entre outros. Acrescentou ainda que a única empresa concorrente deverá ser a "Transportes Públicos do Alentejo Central" e que assim sendo, a partir de outubro deste ano, o referido autocarro servirá a população durante 24 meses, envolvendo um custo total de 105.000,00 euros, totalmente participado pelo Programa de Apoio à Redução das Tarifas de Transportes. Sobre a proposta apresentada de criação de um gabinete de apoio à população nas vertentes de saúde, educação, ambiente, cultura, social,

referiu que tudo isso é realizado na Câmara Municipal, bastando dirigir-se ao serviço de atendimento geral, onde será devidamente encaminhado. -----

No que diz respeito à recuperação dos moinhos e da sua recriação histórica, lembrou o projeto, do anterior ano letivo, denominado “Do Rio ao Mar”, numa parceria com o agrupamento de escolas, que levou as escolas a visitar o Rio Almansor. -----

Referiu ainda que o Município recebeu uma comitiva com elementos da Agência Portuguesa do Ambiente e das Águas Públicas do Alentejo que se deslocou a dois pontos estratégicos importantíssimos para a saúde do Rio Almansor. Visitou ainda a APORMOR e tudo o que foi realizado por esta, no sentido de evitar algumas descargas poluentes no rio. Deslocaram-se ainda à Zona Industrial da Adua, cujo saneamento está a descarregar, há décadas, direto para o Rio Almansor. Este grupo de trabalho analisou os vários pontos no sentido de, em conjunto, se encontrarem soluções. Concluiu dizendo que todas as partes estão interessadas num bom entendimento por forma a que estes problemas se venham a resolver, que o rio seja tratado e que se possam instalar os percursos pedonais nas suas margens, desde a Barragem dos Minutos até à Ponte de Lisboa. Falou ainda sobre a possibilidade de instalação de um Centro Interpretativo do Rio Almansor, a concretizar no moinho do Ananil, uma vez que é propriedade do município. Destacou ainda a importância da APORMOR, no escoamento do gado, quer ovino, através dos leilões realizados presencialmente e *online*. -----

Sobre a estratégia local de habitação, esclareceu que já foi aprovada uma intervenção, no prédio da Rua Dom Sancho, propriedade municipal, que irá abranger cerca de dez fogos, dos quais quatro irão receber novas famílias. Também uma outra habitação na Rua da Estação, propriedade municipal, será alvo de uma intervenção. Existem inscrições a decorrer no Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal e a escolha das famílias será devidamente avaliada, atendendo à antiguidade da inscrição, das condições de habitabilidade, entre outros aspetos. -----

Relativamente à agenda cultural, o Senhor Presidente da Câmara, lembrou que este ano decorrem as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, para além de muitas outras celebrações multidisciplinares, multipartidárias que terão lugar até ao dia 25 de abril de 2025. Houve liberdade total para todas as associações e partidos, escolherem aquilo que queriam celebrar e por isso se alguém quiser celebrar Caravela e Casquinha também tem toda a liberdade para o fazer. Também José Adelino dos Santos e Germano Vidigal foram lembrados, no âmbito do Roteiro Levantado do Chão. Seguidamente expressou o seu agradecimento pelas palavras do Senhor Augusto Pascoal relativamente ao regresso da Feira Medieval ao castelo. Relativamente às questões colocadas sobre Cortiçadas de Lavre, informou que a Etar foi limpa, assim como o tanque e que também as lamas secas irão ser retiradas. Para além disso, serão apresentados, na próxima reunião de Câmara Municipal, os documentos para lançamento de duas obras; concretamente a requalificação da Escola Básica e Jardim de Infância de Cortiçadas de Lavre, no valor de 220.822,00 euros e a remodelação do Centro Cultural de Cortiçadas de Lavre, no montante de 95.900,00 euros. -----

Informou ainda que, no âmbito do Programa 1º. Direito, existe uma candidatura da Casa do Povo de Lavre em colaboração com o Município, para a reabilitação do seu parque habitacional, em Lavre. Existem ainda outras habitações, na cidade, que têm intervenções candidatas para melhorias, em termos de eficiência energética. No que

Amunil

diz respeito a automóveis abandonados, deixou um agradecimento ao posto da GNR de Montemor-o-Novo, que tem conseguido resolver muitos problemas, tendo já sido retirados mais de 70 casos de automóveis abandonados. Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara referiu que existem mais equipas no terreno, as ruas estão muito mais limpas, existe licença para aplicação de herbicidas e o combate às ervas tem sido muito maior, ainda assim não tem sido uma tarefa fácil a manutenção da Rua da Avis. Salientou ainda a possibilidade de futuramente a Rua de Avis ser apenas pedonal, mas só mediante acordo com os comerciantes, o que para já não é possível. -----

Seguidamente o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador António Xavier, o qual esclareceu que o Município de Montemor-o-Novo submeteu 10 candidaturas, no âmbito do PRR, para a reabilitação de 34 casas, das quais 10 estão devolutas, no valor total de 2.429.000,00 euros, sendo que, até a presente data, apenas duas candidaturas foram aprovadas. O Município submeteu 4 candidaturas para a reabilitação de 17 habitações do seu parque habitacional, das quais oito encontram-se vagas, no valor total de 1.304.000,00 euros. Frisou ainda que das 17 habitações candidatas, apenas três estavam contempladas na Estratégia Local de Habitação, aprovada em abril de 2021, e que por essa razão teve que ser feita a revisão da Estratégia Local de Habitação. Das 17 habitações referidas, 15 habitações já têm projetos de arquitetura e especialidades concluídos e os dois restantes ainda se encontram em execução. Acrescentou que apesar do esforço feito, o Município ainda não conseguiu adquirir nenhuma habitação. Foram promovidos contactos junto de todas as agências imobiliárias, foram envolvidas as Juntas de Freguesias, foi feita a divulgação de Edital para a aquisição de fogos devolutos em todo o Concelho, no entanto não foi ainda possível adquirir nenhuma habitação, porque o preço do mercado não é aquele que a lei prevê. -----

Continuando a sua intervenção o Senhor Vereador disse que com a entrada do novo Governo e as alterações no IRU, todos estes processos atrasaram um pouco. Por via dos beneficiários diretos, foram encontrados cerca de 44 interessados, no entanto apenas foram recolhidos os documentos suficientes para a apresentação de cinco candidaturas. Afirmou ainda que todo o Centro Histórico se encontra por reabilitar, resultado de muitos anos de inércia, seriam, pois, necessários mais recursos dedicados ao trabalho de andar casa a casa a fazer as vistorias e utilizando as ferramentas, previstas pela lei, para resolver este tipo de problemas. -----

Considera ainda assim que as medidas apresentadas pelo Governo podem promover, por parte dos privados, algumas reabilitações. Acrescentou que é importante salientar que, do ponto de vista do PRR, o programa inicial que foi promovido pelo Governo do Partido Socialista, previa apenas 26 mil casas e as candidaturas aprovadas já atingiram esse número. Assim sendo, aguarda-se a decisão do governo sobre o reforço ou não de verbas. -----

Pedi novamente a palavra, por parte do público, o Senhor Augusto Pascoal, referindo que como é do conhecimento de todos, estas obras abrangidas pelo PRR terão que estar concluídas até junho de 2026. -----

Como complemento, o Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que segundo informação do Senhor Ministro das Infraestruturas, têm que existir contratos de arrendamento e as pessoas a viver na habitação até junho de 2026. -----

Assimile

Não havendo mais pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que iria dar início à ordem de trabalhos. -----

1º. Ponto – Consulta ao mercado para a aquisição de imóveis para a habitação no âmbito da Estratégia Local de Habitação do Município de Montemor-o-Novo – Proposta de Relatório Final -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que a Estratégia Local de Habitação do Concelho de Montemor-o-Novo foi aprovada, em 2021, para o horizonte temporal 2021-2025. Na sequência da publicação do edital respeitante à consulta de mercado para aquisição de imóveis para habitação, no âmbito desta Estratégia Local de Habitação e do PRR, Plano de Recuperação e Resiliência, foram rececionadas duas propostas respeitantes a dois imóveis localizados em Lavre. Após análise das mesmas, o Júri procedeu à elaboração do respetivo relatório preliminar e decorrido o período de audiência prévia, à elaboração do relatório final. O documento foi apresentado e aprovado, por maioria, com três votos favoráveis dos eleitos do PS, um voto favorável do eleito da coligação CDS-PSD e três abstenções da CDU, em reunião ordinária da Câmara Municipal, no dia 17 de abril de 2024. -----

Não havendo nenhum pedido de esclarecimentos, relativamente ao documento, a Senhora Presidente da Assembleia colocou-o de imediato a deliberação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pelo PS (11); pelo PSD (1) e pelo CDS-PP (4) e doze abstenções dos eleitos pela CDU. -----

2º. Ponto – 1ª. Relatório Anual de Monitorização / ARU_ORU de São Geraldo -----

Neste ponto, o Senhor Presidente da Câmara salientou que de acordo com o disposto número 1 do artigo 20º-A do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei nº 307 de 2009, 23/10, na sua atual redação, foi apresentado e deliberado por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal, de 12 de junho de 2024, o primeiro relatório anual monitorização da ORU Simples de São Geraldo, cabendo agora ao órgão deliberativo apreciar o documento. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a apreciação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

3º. Ponto – 3ª. Correção Material ao Plano Diretor Municipal de Montemor-o-Novo (para conhecimento) -----

Relativamente a este documento, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que se trata de uma correção material introduzida na alínea d), do artigo 5º do PDM Montemor-o-Novo, no que diz respeito a conceitos e definições e que tem a ver com a proibição de instalação de olivais e pomares superintensivos em todo o território do Conselho, com exceção da área beneficiada pelo aproveitamento hidroagrícola da Barragem dos Minutos. O que constava da redação do PDM, anterior a esta proposta, era que os pomares e olivais superintensivos correspondiam às explorações que apresentam uma densidade de ocupação de 1.000 a 2.500 árvores por hectare e um compasso de plantação de 4 m por 1,35 ou superior. -----

Continuou a sua intervenção afirmando que, no sentido de clarificar as condições aplicáveis para a definição de olivais e pomares superintensivos, o Município aprovou em reunião de Câmara Municipal, realizada no dia 12 de junho, uma correção ao PDM.

OPINION

A nova redação não altera as condições anteriores, apenas reescreve as mesmas no sentido de facilitar a leitura e a interpretação, a sua aplicação prática e respetiva fiscalização passará a incidir unicamente na medição do compasso de plantação, como forma de determinar a densidade de ocupação. -----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado agradecendo o esclarecimento prestado pelo Senhor Presidente da Câmara, sobre esta matéria, uma vez que sempre existiram dúvidas sobre a interpretação entre os olivais superintensivos e intensivos. -----

Retomando mais uma vez a palavra o Senhor Presidente referiu que as duas questões têm gerado algumas dificuldades de análise durante este último ano, uma vez que até a Direção Regional de Agricultura tem uma interpretação um pouco diferente, considerando que a densidade deve ser entendida dentro da parcela e deve compreender as cabeceiras de um olival. Por esse motivo, também ainda não foi tomada uma decisão definitiva, acerca do olival da Courela da Caneira, se é intensivo ou superintensivo. Assim, com a nova redação, após publicação em Diário da República, ficará claro que se passará a ter em conta não a parcela do olival, o parcelário, mas sim a área de implantação, ou seja, a área das plantas. -----

O documento não foi sujeito a votação. -----

4º. Ponto – 1ª. Correção Material ao Plano de Intervenção em Espaço Rural no Local da Rebola (para conhecimento) -----

Sobre o documento, o Senhor Presidente da Câmara Municipal frisou que esta primeira correção material ao plano de intervenção em espaço rural no local da Rebola, tem como objetivo ajustar e clarificar os elementos do plano existente, garantindo a sua precisão, coerência e conformidade com a legislação vigente. Esta correção irá assegurar uma gestão territorial mais eficiente e transparente, alinhando o Plano às necessidades atuais e corrigindo eventuais discrepâncias ou omissões que possam comprometer a sua aplicação. O documento foi aprovado, por unanimidade, pela Câmara Municipal e destina-se essencialmente a fins turísticos, no lugar da Rebola. O documento não foi sujeito a votação. -----

5º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela para “Obras de beneficiação – Jardim de Infância de Cabrela” -----

Neste ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que deu entrada no Município um pedido da Junta de Freguesia de Cabrela, relacionado com a concessão de um apoio financeiro para obras de beneficiação do Jardim de Infância de Cabrela, propriedade da mencionada autarquia local, e essencial para o seu funcionamento. O apoio será no valor total da intervenção, contabilizando 16.196,80 euros. A proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou de seguida a proposta a deliberação. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Handwritten signature

6º. Ponto – Reembolso de ATL Verão 2023 – S. Mateus e S. Geraldo – Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras -----
Relativamente a esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que atendendo ao funcionamento dos ATL's de Verão de 2023, de S. Mateus e S. Geraldo, cabe ao Município efetuar o reembolso de 4 monitores no montante de 1.768,00 euros. Para fazer face a essa situação, verificou-se ser necessário um reforço do cabimento, o qual foi aprovado, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal e apresenta-se para apreciação da Assembleia Municipal. -----
Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia colocou, de imediato, o documento a apreciação dos eleitos. -----
Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

7º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – “Feira Franca de Santiago do Escoural 2024” ----
Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que foi recebido um pedido, por parte da Junta de Freguesia de Santiago do Escoural, para elaboração de um Protocolo para a formalização de um apoio financeiro, no âmbito da realização da Feira Franca de 2024. Considerando a importância desta Feira Franca e da qualidade de vida da população da referida freguesia, a Câmara Municipal aprovou, por maioria, com os votos favoráveis dos eleitos do PS e da CDU e um voto contra do eleito de CDS e PSD, uma proposta de apoio no valor de 9.000,00 euros. -----
Pede para usar da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado afirmando que sempre defendeu este apoio dado pelo Município, no âmbito da Feira Franca, em Santiago do Escoural. Questionou o executivo relativamente ao valor do apoio atribuído no passado ano. Em nova intervenção, o Senhor Presidente da Câmara Municipal confirmou que o apoio dado na última edição foi idêntico. -----
Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----
Deliberação: Aprovada, por maioria, com vinte e três votos a favor dos eleitos pelo PS (11) e pela CDU (12) e cinco votos contra dos eleitos pelo PSD (1) e pelo CDS-PP (4). ----

8º. Ponto – Proposta de Protocolo para ATL de Verão 2024 / Juntas de Freguesia -----
Sobre a presente proposta, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que se trata de um Protocolo de Colaboração para a criação de atividades de Tempos Livres, ATL's de Verão de 2024, de julho a setembro, a estabelecer entre o Município de Montemor-o-Novo e as Juntas de Freguesia do Concelho. Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal. -----
Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a apreciação. -----
Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

9º. Ponto – Suspensão Parcial do Plano de Urbanização da Cidade de Montemor-o-Novo e estabelecimento de Medidas Preventivas -----
Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal dando a palavra ao Senhor Vereador António Xavier, o qual referiu que a proposta apresentada diz respeito a uma

Camila

suspensão parcial, mas que ainda não se trata da revisão final, do Plano de Urbanização, porque apenas deverá estar concluída em maio de 2025. Verificando-se a necessidade de manter alguma estabilidade nas regras urbanísticas que são aplicáveis, nesta área territorial e existindo já uma previsão para a conclusão da revisão do PU, apresenta-se a apreciação dos eleitos da Assembleia Municipal a presente proposta. --- Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a apreciação. -----
Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

10º. Ponto – Proposta de Delegação de Competências no Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alentejo Central -----

Neste ponto o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à Senhora Vereadora Silvia Santos, a qual salientou que o documento que se apresenta é bastante claro. Acrescentou que o Decreto-Lei nº 23, no seu artigo 19º., permite a Delegação de Competências próprias do Presidente da Câmara noutras entidades, pelo que, em reunião de Câmara Municipal de 14 de dezembro de 2022 e posteriormente em sessão de Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2022, foi aprovada a proposta de Delegação de Competências próprias do Presidente da Câmara Municipal na Senhora Diretora Executiva do ACES, Alentejo Central. No âmbito da publicação do Decreto-Lei nº 102, de 2023, de 7 de novembro, foi determinada a cessação das Comissões de Serviço de Órgãos Máximos de Gestão, no que diz respeito aos diretores executivos do ACES. Assim sendo, a presente proposta propõe delegar no Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, que detém atualmente competência na gestão dos cuidados de saúde primários, com a Faculdade de Subdelegar, os poderes para a prática de atos relativos ao pessoal integrado nas carreiras de assistente operacional que exerce funções na Unidade de Saúde de Apoio, na Unidade de Apoio e Gestão, na Unidade de Cuidados na Comunidade de Montemor-o-Novo e no Serviço de Urgência Básica. Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou de imediato o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pelo PS (11); pelo PSD (1) e pelo CDS-PP (4) e doze abstenções dos eleitos da CDU. -----

11º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara manifestando a sua disponibilidade para o esclarecimento de dúvidas. -----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo, António Danado, para questionar sobre o ponto de situação da intervenção no Cinetatro Curvo Semedo, no que respeita ao projeto e candidatura. -----

Em resposta o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o projeto não foi lançado, por ter muitos anos e estar datado. Uma vez que não respeita a legislação em vigor terá que ser revisto e não se conseguirá lançar a obra este ano, como estava previsto. Disse também que os serviços irão tentar fazer essa revisão com a brevidade possível, com o objetivo de se aproveitar este quadro comunitário, porque o Município dispõe ainda do valor 1.950.000,00 euros, para a reabilitação urbana. -----

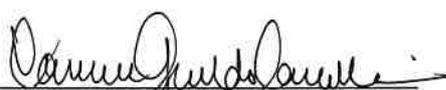
Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a mesa procedeu, de seguida à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao público, não tendo havido qualquer intervenção. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, eram vinte e três horas e vinte minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro. -----

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo. -----

A Presidente da Assembleia Municipal



Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues